

Secretaria de Estado da Educação do Piauí

SEDUC-PI

Professor da Educação Básica - Matemática

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	11
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	13
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	24
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.....	25
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	25
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	30
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	37
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	38
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	41
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	49
Colocação dos Pronomes Átonos	58
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	59
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	66
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	69
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	71
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	71
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	74
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO	115
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS.....	115

■ SISTEMA LEGAL DE MEDIDAS	121
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	124
DIVISÃO PROPORCIONAL	126
REGRA DE TRÊS SIMPLES	128
REGRA DE TRÊS COMPOSTAS	129
PORCENTAGENS	132
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E DE 2º GRAUS	134
SISTEMAS LINEARES.....	142
■ FUNÇÕES E GRÁFICOS.....	144
■ PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS.....	149
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	152
ANALOGIAS.....	152
INFERÊNCIAS.....	153
DEDUÇÕES	153
CONCLUSÕES	153
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	154
■ COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS.....	154
PROPOSIÇÕES SIMPLES	154
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	156
TABELAS-VERDADE	158
■ EQUIVALÊNCIAS	161
LEIS DE DE MORGAN	166
■ DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	170
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	174
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	184
 RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS	 193
 CONHECIMENTOS REGIONAIS DO PIAUÍ	 217

■ HISTÓRIA, ÉTICA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ.....	217
■ GEOGRAFIA, POLÍTICA E ECONOMIA DO ESTADO DO PIAUÍ.....	227
EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FUNDAMENTOS E TEMAS PEDAGÓGICOS.....	247
■ FUNDAMENTOS	247
RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: DIMENSÕES FILOSÓFICA, HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGÓGICA.....	247
■ DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	249
■ TEMAS PEDAGÓGICOS: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	253
PROCESSO DE PLANEJAMENTO: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS.....	253
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	254
PLANEJAMENTO ESCOLAR: PLANOS DA ESCOLA, DO ENSINO E DA AULA.....	255
■ CURRÍCULO.....	255
DO PROPOSTO À PRÁTICA.....	255
■ TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	258
■ EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	260
■ EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE, CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS.....	261
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	261
■ EDUCAÇÃO INTEGRAL	263
■ EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	264
■ EDUCAÇÃO AMBIENTAL	266
■ FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR	267
■ EDUCAÇÃO/SOCIEDADE E PRÁTICA ESCOLAR.....	269
■ TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA PRÁTICA ESCOLAR.....	271
■ DIDÁTICA E PRÁTICA HISTÓRICO-CULTURAL	275

■ DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	276
■ ASPECTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS DA PRÁTICA EDUCATIVA, SEGUNDO AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS	277
■ COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	279
■ PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	281
■ RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO.....	282
■ COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO DO PROFESSOR	284
■ COMPONENTES DO PROCESSO DE ENSINO	285
OBJETIVOS; CONTEÚDOS; MÉTODOS; ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E MEIOS	285
■ INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE DO CONHECIMENTO.....	287
■ AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	290
■ PAPEL POLÍTICO-PEDAGÓGICO E ORGANICIDADE DO ENSINAR, APRENDER E PESQUISAR.....	293
■ FUNÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA ESCOLA.....	295
■ ESCOLA: COMUNIDADE ESCOLAR E CONTEXTOS INSTITUCIONAL E SOCIOCULTURAL.....	297
■ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES	298
■ POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	300
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA	302
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	304
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	315
■ FUNÇÕES	315
DETERMINAÇÃO DO DOMÍNIO DE UMA FUNÇÃO.....	315
FUNÇÕES INJETIVAS, SOBREJETIVAS E BIJETIVAS	316
FUNÇÕES PARES E ÍMPARES	316
FUNÇÕES PERIÓDICAS	317
COMPOSIÇÃO DE FUNÇÕES.....	317
OPERAÇÕES ENTRE FUNÇÕES	317

Igualdade de Funções.....	317
OS ZEROS E O SINAL DE UMA FUNÇÃO	318
FUNÇÕES CRESCENTES E DECRESCENTES.....	318
FUNÇÕES LINEARES	319
FUNÇÕES DO 2º GRAU	321
FUNÇÕES EXPONENCIAIS	325
FUNÇÕES LOGARÍTMICAS	327
FUNÇÃO INVERSA	330
FUNÇÕES MODULARES	331
FUNÇÕES POLINOMIAIS.....	333
■ GEOMETRIA PLANA	334
■ GEOMETRIA ESPACIAL	358
■ GEOMETRIA ANALÍTICA	365
■ TRIGONOMETRIA DO TRIÂNGULO RETÂNGULO: ESTUDO DO SENO, COSSENO E TANGENTE.....	382
■ SEQUÊNCIAS DE FIBONACCI.....	402
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES	402
■ BINÔMIO DE NEWTON.....	415
■ NOÇÕES DE ESTATÍSTICA	417
MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL.....	417
MEDIDAS DE DISPERSÃO	419
■ DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA: GRÁFICOS E TABELAS	420
■ MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	425
PROPORÇÃO	425
JUROS	428
Taxas de Juros	429
JURO SIMPLES	429
JURO COMPOSTO	431
PORCENTAGEM	433
■ SISTEMAS DE CAPITALIZAÇÃO	435

DESCONTOS SIMPLES, RACIONAL E BANCÁRIO	435
TAXA EFETIVA, EQUIVALÊNCIA DE CAPITAIS	436
■ NÚMEROS COMPLEXOS	437
■ NOÇÕES DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA.....	445
■ AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: FORMAS E INSTRUMENTOS	448
■ ENSINO DE MATEMÁTICA	449
CONHECIMENTO CIENTÍFICO	449
ABORDAGENS METODOLÓGICAS	449
RECURSOS DIDÁTICOS	450
■ ASPECTOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA O COMPONENTE CURRICULAR DE MATEMÁTICA.....	451

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FUNDAMENTOS E TEMAS PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS

RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: DIMENSÕES FILOSÓFICA, HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGÓGICA

As autoras Bandeira e Dantas (2017) destacam que a educação como a conhecemos hoje é fruto de muito esforço para responder às necessidades do homem em busca de autoconhecimento e de compreensão do mundo que o cerca. Esta constante busca é inerente a sua natureza que, desde o princípio, procurou transferir aos mais jovens a cultura e o modo de organização de um determinado povo ou civilização. A intuição foi uma das primeiras formas com a qual se exerceu o ato de educar, e os gregos foram os precursores, com traços de uma ausência de reflexão sobre os seus propósitos e apoiando-se nas qualidades individuais dos mestres formadores (MARTINS, 2011).

Para as autoras, não se trata de negar ou desvalorizar o legado deixado pelas civilizações gregas que serviram de modelo para a organização social e educativa do mundo ocidental, mas de destacar que a preocupação com a estruturação de uma Pedagogia que buscasse, de forma mais sistemática e reflexiva, responder aos questionamentos cotidianos se deu bem mais a frente, primeiramente com Comenius e sua racionalidade filosófica no século XVII, depois, Herbart ampliou a ideia na sua obra “Pedagogia Geral” aproximando a Psicologia e a Filosofia à Pedagogia (MARTINS, 2011).

A partir do século XX, o conhecimento pedagógico é fundamentado sob a ótica do saber científico orientado pelo positivismo de Augusto Comte e, ao longo dos anos até a atualidade, esse conhecimento foi debatido, construído e reconstruído por diversos enfoques nas teorias científicas, inspirando as várias tendências e modelos didáticos no contexto escolar, constituindo, assim, os diferentes olhares para a Pedagogia (BANDEIRA; DANTAS, 2017).

Todo o processo de construção e reconstrução da educação foi e ainda é importante para a organização social do homem, uma vez que, conforme as situações cotidianas demandavam soluções, a educação se desenvolvia e tentava responder os questionamentos da humanidade (INFOESCOLA, 2017).

Eis que surge a questão: **é correto afirmar que a organização social define os propósitos educacionais de cada época, relacionando o desenvolvimento de uma determinada sociedade aos saberes transmitidos e elaborados por sua população?**

As autoras defendem que sim, pois, de acordo com Scaff (2013), com o advento da Revolução Industrial — marcado pelo êxodo rural e uma crescente urbanização —, a organização dos saberes, cada vez mais complexos e abundantes, demandou a sistematização

e a expansão das instituições educacionais. Neste momento da história se estabelecem as duas classes sociais basilares do modo de produção capitalista: os burgueses, proprietários das fábricas e detentores do poder econômico, e os trabalhadores, que já não eram mais sujeitos do próprio trabalho e precisavam vender sua mão de obra para sobreviver nas cidades.

A escola passa a ter uma função importante para a manutenção dessa crescente configuração social que culmina em duas escolas: uma para os filhos dos ricos (burgueses) e outra para os filhos dos pobres (trabalhadores). Percebe-se claramente que a educação, os saberes elaborados e acumulados historicamente pelo homem, não estavam acessíveis para todos. O interesse dos detentores do poder econômico era que a classe mais pobre recebesse menos instrução para conseguir desenvolver o trabalho nas fábricas e manter a condição de explorados (MENDES, 2013).

Galvão (2010) aponta que a concepção de educação está relacionada à concepção de sociedade, ou seja, cada época irá enunciar as suas finalidades, adotando determinada tendência pedagógica. Na história da educação brasileira, pode-se identificar diferentes concepções, tendo em vista os ideais da formação do homem para a sociedade de cada época.

As principais correntes pedagógicas diretamente ligadas à aquisição do conhecimento por meio dos currículos escolares, identificadas no Brasil são: a tradicional, a crítica e a pós-crítica. A concepção tradicional enfatiza o ensino e a aprendizagem de conteúdos a partir de uma metodologia rigorosamente planejada, com foco na eficiência.

A concepção crítica aborda questões ideológicas, colocando em pauta temas relacionados ao poder, a relações e classes sociais, ao capitalismo, à participação, entre outros, de forma a conscientizar o educando acerca das desigualdades e injustiças sociais. A partir do despertar da consciência crítica e participativa, o estudante poderá se emancipar e se libertar das opressões sociais e culturais, atuando no desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

A concepção pós-crítica tem como foco os temas relacionados à identidade, diferenças, alteridade, subjetividade, cultura, gênero, raça, etnia, multiculturalismo, saber e poder, de forma a acolher a diversidade do mundo contemporâneo. Busca o respeito, a tolerância e a convivência harmoniosa entre as diferentes culturas. A ideia principal é a de que, por meio da educação, o indivíduo acolha e respeite as diferenças e, assim, por meio de um conjunto de relações estabelecidas nas diferentes formas de se adquirir, transmitir e produzir conhecimentos, construa as bases da sociedade. Estão em debate questões filosóficas, de valores, histórico-sociais, econômicas, teóricas e pedagógicas que constituem o processo educativo.

Dica

O texto do III do art. 1º da Constituição Federal de 1988, aponta a educação como uma das alternativas para a formação da dignidade da pessoa humana, bem como na LDB nº 9.394, de 1996.

Dois importantes autores da sociologia, Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, dedicaram-se a estudar as instituições e as diferentes formas da educação em sociedade. Os autores ressaltam que, ao falarmos de **instituições educadoras**, não estamos nos referindo apenas à escola, pois o processo educacional

não começa e não ocorre apenas na escola. Como lembram Bourdieu e Passeron, a primeira instituição educadora é a **nossa família** e é dela que herdamos parte de nossas “**ferramentas sociais**”. Apenas mais tardiamente, salvo as óbvias exceções, é que seremos introduzidos ao mundo da escola (RODRIGUES, 2021).

Ao propor uma reflexão sobre a educação brasileira, é importante recordar que só em meados do século XX o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Um grande expoente, defensor da escola pública foi o sociólogo Florestan Fernandes (XXX), que se dedicou a olhar a educação pela ótica da Sociologia. Para ele, entender a razão da escola ser tão excludente passava por enxergar o processo de urbanização que o Brasil vivia, marcado pela desigualdade social e o racismo.

Para Florestan Fernandes, as escolas também tinham um papel importante na busca por equilíbrio e paz social, que seria potencializado se as escolas fossem mais integradas e formassem uma rede, um “sistema comunitário de instituições sociais”. O autor compreendia que a escola deveria ser um caminho para a libertação da opressão social, e só o seria se deixasse de reproduzir os mecanismos de exclusão da sociedade e fosse também um espaço de liberdade.

Defendia que os diretores fossem eleitos pelas famílias, alunos e professores, para que tivessem mais autonomia, ou seja, já anunciava a necessidade de uma gestão democrática e mais justa nas instituições de ensino. Florestan Fernandes criticou a prática em sala de aula, destacando três pontos:

- o professor como mero transmissor do saber, que fragilizava o próprio profissional da educação;
- a concepção de que o estudante é apenas um receptor do conhecimento, quando o saber deveria ser construído coletivamente na escola;
- o ensino como instrumento de discriminação, que trata o aluno pobre como cidadão de segunda classe.

Florestan buscou em seus discursos e ações romper com a tradição de pseudoneutralidade das ciências humanas com vistas à reconstrução de uma proposta brasileira de sociedade e educação comprometida com a mudança social. Segundo sua análise, por causa de fatores históricos como a escravidão, a herança colonial e a dependência em relação ao capital externo, tornaram a elite do Brasil mais resistente às mudanças sociais do que as classes dominantes dos países desenvolvidos.

Em seus dois mandatos de deputado federal, nos anos 1980 e 1990, o sociólogo participou ativamente da discussão, elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que só seria aprovada em 1996, um ano depois de sua morte.

Percebe-se, então, que a relação trabalho e escola são indissociáveis numa sociedade, pois uma colabora para a manutenção do outro. Não se pode perder de vista que a essência do trabalho é o que, para Marx, dignifica o homem e o torna um ser histórico por meio da transformação da natureza em seu benefício (JACOMINI, 2013). Entretanto, pela ótica capitalista, a concepção produtivista de educação foi se aprimorando nas últimas décadas, como destaca Saviani citado por Lombardi (2002). O trabalho na escola passou a ser um produto que gera riqueza para o capital e vem progressivamente postulando a sua organização pedagógica e social.

Florestan Fernandes acreditava que a educação deveria ser, para os alunos, uma experiência

transformadora que desenvolvesse a criatividade, dando condições de se libertar da opressão social. Mas, para isso, a escola deveria deixar de reproduzir os mecanismos de dominação de classe da sociedade.

No entanto, há ainda muito o que se ponderar quando se tenta compreender o espaço educativo. Reduzi-lo a uma mera condição de reprodução é desconsiderar a natureza complexa que permeia o ato pedagógico. A produção do conhecimento, mesmo que pautada em uma prática tradicional e excludente, produz algo que o capitalismo não consegue alcançar: o saber materializado nas ações sociais, não sendo algo concreto e nem palpável. Neste sentido entendemos não ser possível generalizar o modo de produção capitalista em sua totalidade no ambiente educacional conforme destacam Asbahr e Sanches (2013).

A história da organização da escola no Brasil vem sendo construída por idas e vindas ao sabor da ordem social vigente, alternando momentos com ênfase na autoridade do professor e outros com aspectos burocráticos bem visíveis, na qual há uma clareza na redução dessa autoridade e autonomia, com uma divisão de tarefas na escola onde os participantes do processo educativo perdem de vista a complexidade que o caracteriza (HYPOLITO, 1991).

Villas Boas (2002) ressalta que algumas propostas de reorganização da escola e do trabalho pedagógico surgiram nos últimos anos numa tentativa de democratizar o processo educativo, mas a escola ainda resiste e se mantém estruturada para o reforço das relações sociais do processo de produção capitalista. Segundo a mesma autora, uma das possibilidades de percepção dessa lógica ocorre quando o corpo docente recebe pronto um cronograma a ser executado com atividades pré-estabelecidas, propostas pedagógicas e instrumentos de avaliação que não foram construídos nem debatidos por ele (VILLAS BOAS, 2017).

Uma outra marca do modo de produção capitalista na escola é a forma como a avaliação vem determinando o próprio trabalho pedagógico. Pressionada pelas avaliações em larga escala, a escola prepara seus alunos para alcançarem excelentes índices, passando a avaliação a ser o produto final do trabalho desenvolvido em sala de aula, reforçando, assim, a meritocracia. Sob esse enfoque, o esforço pessoal é o ponto chave para o sucesso, transferindo do Estado para o indivíduo e para as instituições educacionais a responsabilidade do êxito e do fracasso (FREITAS, 2016).

Dica

Ao pensar em adaptar o currículo a determinados estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, ao discutir com seus pares em que momento do ano letivo um determinado conteúdo (ou grupo deles) deverá ser trabalhado em sala de aula e, ao concordar ou discordar de situações abordadas nas reuniões coletivas, o professor expressa sua autonomia docente.

Portanto, não é fácil analisar o ambiente escolar, uma vez que é complexo e não nos permite tirar conclusões rápidas e superficiais de sua estrutura organizacional, seja ela de ordem humana ou material. Ao mesmo tempo que esta estrutura se encontra intrinsecamente mergulhada na lógica capitalista, na contramão deste processo os docentes conseguem, de alguma forma, manter sua autonomia a partir do criar, pensar e refletir, ainda que minimamente, sobre o ato de ensinar.

Segundo Freitas (2016) essa contradição que caracteriza a escola nos remete aos professores que seguem lutando por uma educação emancipatória, que visa a formação de cidadãos críticos e conscientes do seu potencial social. É pela via da coordenação pedagógica coletiva e de reuniões com a comunidade escolar, que as reflexões e ações transformadoras podem acontecer. Faz-se necessário, contudo, que os educadores brasileiros tenham consciência da sua importância social, se empoderando dos seus direitos e reconquistando sua verdadeira profissionalidade docente (HYPOLITO 1999 *apud* VILLAS BOAS, 2002).

I REFERÊNCIAS

- ASBAHR, F. S. F.; SANCHES, Y. C. S. Transformação social: uma possibilidade da educação escolar? In: PARO, V. P. (Org.) **A Teoria de Valor em Marx e a Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BANDEIRA, M. V. A.; DANTAS, O.M.A.N.A. **A educação para emancipação: é possível?** In: IV CONEDU - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. 2017, João Pessoa. Anais. João Pessoa: CEMP, 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA2_ID8015_20092017195909.pdf Acesso em: 30 nov. 2021.
- FREITAS, L. C. **A organização do trabalho pedagógico no contexto atual do ensino público brasileiro**. Entrevista Luiz Carlos de Freitas. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), vol 2, n 1, p. 202-206, jan/jun.2016.
- GALVÃO, A. S. C. Fundamentos da Educação. In: **Concepções da Educação no Mundo Contemporâneo**. Cap. I, 2010
- INFOESCOLA, **História da Educação**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/pedagogia/historia-da-educacao/> Acesso em: 10 dez. 2021.
- JACOMINI, M. A. O trabalho como finalidade da educação na Constituição de 1988 e na LDB de 1996: uma análise a partir da teoria do valor em Marx. In: PARO, V. P. (Org.) **A Teoria de Valor em Marx e a Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARTINS, E. C. A (Des) **Construção do Saber Educativo nos Laços da Teoria da Educação**. Revista Lusófona de Educação. Lisboa, vol. 17 n. 17, pp.49-64, agosto. 2011.
- MENDES, V. R. Reflexões sobre os conceitos de homem, liberdade e Estado em Marx e as políticas educacionais. In: PARO, V. P. (Org.) **A Teoria de Valor em Marx e a Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- RODRIGUES, L. O. **Objetivos da Educação em nossa sociedade**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/objetivos-educacao.htm> Acesso em: 30 dez. 2021.
- SCAFF, E. A. S. Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: PARO, V. H. (Org.) **A Teoria do Valor em Marx e a Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- VILLAS BOAS, B. O dia a dia do trabalho pedagógico: contribuições para a formação do professor e do estudante. In: VILLAS BOAS, B. (Org.) **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2017.
- _____. Significado do trabalho e do trabalho escolar. In: **Bases Pedagógicas do Trabalho Escolar I**. Brasília: Faculdade de Educação – Universidade de

Brasília. Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização – PIE; módulo I, volume 1. 2002.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

A educação é uma prática social e cultural fundamental para o desenvolvimento humano, sendo vista como o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades de uma geração para outra. Os fundamentos da educação baseiam-se em diversas disciplinas, como filosofia, psicologia, sociologia e antropologia, cada uma oferecendo perspectivas diferentes sobre o papel e a finalidade da educação.

No contexto ocidental contemporâneo, a educação é frequentemente concebida sob duas vertentes principais: a educação como um meio de reprodução social e cultural e a educação como um mecanismo de transformação social. A primeira vertente, defendida por autores como Émile Durkheim, vê a educação como um processo essencial para a manutenção da coesão social e a perpetuação da cultura dominante.

A segunda vertente, associada a pensadores como Paulo Freire, considera a educação uma ferramenta de emancipação, capaz de promover mudanças sociais significativas ao questionar e transformar as estruturas de poder existentes.

I CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

As concepções pedagógicas representam as diferentes abordagens teóricas e práticas da educação, refletindo as visões de mundo, valores e objetivos educacionais de diferentes épocas e contextos socioculturais. Entre as principais concepções pedagógicas na sociedade ocidental contemporânea, destacam-se algumas que serão abordadas a seguir.

Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional, influenciada por pensadores como Johann Friedrich Herbart, é caracterizada pela ênfase na transmissão de conhecimentos e conteúdos previamente estabelecidos. Esta abordagem considera o professor como a principal fonte de conhecimento e o aluno como um receptor passivo. O foco está no desenvolvimento intelectual por meio da memorização e repetição, com pouco espaço para questionamentos ou para a construção ativa do saber.

Pedagogia Progressista

A pedagogia progressista, defendida por educadores como John Dewey, propõe uma educação centrada no aluno e na experiência prática. Nessa concepção, o aprendizado é visto como um processo ativo, em que o estudante é incentivado a explorar, questionar e participar da construção do conhecimento. A escola é entendida como um espaço democrático, onde se desenvolvem habilidades críticas e colaborativas, preparando os alunos para a vida em sociedade.

A pedagogia crítica, amplamente associada a Paulo Freire, é uma concepção que busca conscientizar os indivíduos sobre as desigualdades e injustiças sociais, utilizando a educação como um instrumento de transformação social. Através do diálogo e da problematização, essa abordagem incentiva os alunos a questionarem as estruturas opressivas e a agirem para mudar a realidade em que vivem.

Pedagogia Tecnológica

A pedagogia tecnológica surge no contexto da sociedade contemporânea, marcada pelo avanço tecnológico e pela digitalização. Essa concepção valoriza o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo métodos de ensino mais interativos e personalizados. A aprendizagem por meio de plataformas digitais, o uso de inteligência artificial e a educação a distância são características dessa abordagem, que busca adaptar a educação às novas demandas da sociedade globalizada.

FINS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Os fins da educação na sociedade ocidental contemporânea podem ser analisados sob diferentes perspectivas, mas, em geral, estão relacionados ao desenvolvimento integral do ser humano, à preparação para o mercado de trabalho e à formação de cidadãos críticos e participativos.

Desenvolvimento Integral

A educação visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nesse sentido, a escola não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também contribui para a formação de valores, atitudes e habilidades que permitem aos alunos se tornarem seres humanos completos e realizados.

Preparação para o Mercado de Trabalho

Na sociedade contemporânea, a educação também é vista como um meio de preparação para o mercado de trabalho. A formação de competências técnicas e profissionais que respondam às demandas do mercado é uma das funções centrais do sistema educacional, especialmente no contexto da economia globalizada e da crescente competitividade.

No entanto, essa função não deve se limitar à preparação técnica, mas também incluir o desenvolvimento de capacidades críticas e criativas, fundamentais para a inovação e o progresso social.

Formação de Cidadãos Críticos e Participativos

Outro fim essencial da educação é a formação de cidadãos capazes de participar ativamente na vida democrática. Isso implica não apenas o ensino de conhecimentos sobre direitos e deveres, mas também a promoção de uma consciência crítica em relação às questões sociais, políticas e ambientais. A educação, nesse sentido, é de suma importância na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Na sociedade ocidental contemporânea, a educação desempenha um papel multifacetado e central para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Ela é considerada uma ferramenta essencial para a promoção da igualdade de oportunidades, para o combate à pobreza e à exclusão social e para o fortalecimento da democracia.

Educação e Igualdade de Oportunidades

A educação é frequentemente vista como o principal meio para promover a igualdade de oportunidades, oferecendo a todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, a chance de desenvolver suas potencialidades e alcançar uma vida melhor. Políticas de inclusão e de acesso universal à educação básica, seguidas de oportunidades de ensino superior, são fundamentais para a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Educação e Cidadania Global

Em um mundo cada vez mais interconectado, a educação assume o papel de formar cidadãos globais, capazes de compreender e enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas, a migração e as desigualdades econômicas. A educação para a cidadania global promove valores como a solidariedade, a responsabilidade social e a sustentabilidade, preparando os indivíduos para a atuação em um cenário internacional complexo e dinâmico.

Educação e Inovação Social

A educação é, também, uma força motriz para a inovação social, capacitando os indivíduos a desenvolverem soluções criativas para os problemas contemporâneos. Instituições educacionais que incentivam o pensamento crítico, a pesquisa e o empreendedorismo social contribuem significativamente para o avanço da sociedade, promovendo mudanças positivas e sustentáveis.

Educação e Desenvolvimento Econômico

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais motores do desenvolvimento econômico. Em sociedades ocidentais, onde a economia do conhecimento se tornou central, a qualificação da mão de obra é essencial para o crescimento e a competitividade. A educação, nesse contexto, não apenas prepara indivíduos para empregos existentes, mas também para a criação de novas indústrias e serviços, estimulando a inovação e a adaptação às mudanças tecnológicas.

Investir em educação significa também investir na capacidade de uma nação para responder aos desafios econômicos globais. Países com sistemas educacionais robustos tendem a apresentar maiores taxas de inovação, maior produtividade e, consequentemente, melhores índices de desenvolvimento humano. Além disso, a educação superior e a formação contínua desempenham um papel crítico na preparação de profissionais para setores emergentes, como a tecnologia da informação, energias renováveis e biotecnologia.

Outra função importante da educação na sociedade ocidental contemporânea é seu potencial de transformação social. Ao fornecer conhecimento, habilidades e valores, a educação pode ser uma ferramenta poderosa para promover a justiça social, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais inclusiva.

A educação inclusiva, por exemplo, visa garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais ou de deficiência, tenham acesso igualitário à aprendizagem. Isso reflete uma compreensão ampliada do papel da educação, que vai além do mero acesso ao conhecimento para incluir a formação de uma sociedade justa, em que todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Além disso, a educação crítica, conforme discutido por Paulo Freire, é uma forma de transformar a realidade social ao promover a conscientização dos indivíduos sobre sua condição social e incentivá-los a agir para mudar essa realidade. A educação, assim, torna-se um meio de empoderamento, permitindo que as pessoas compreendam e combatam as desigualdades e injustiças em suas vidas e em suas comunidades.

Educação e Cultura

A educação também desempenha um papel central na preservação e promoção da cultura. Ela é o meio pelo qual as tradições, valores e conhecimentos de uma sociedade são transmitidos às novas gerações. Na sociedade ocidental contemporânea, a educação promove a valorização da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que busca um equilíbrio entre a preservação de identidades culturais e a integração em uma cultura global compartilhada.

Programas educacionais que incorporam a educação multicultural reconhecem e valorizam as diferentes culturas dentro de uma sociedade, promovendo o respeito e a compreensão entre grupos diversos. Isso é particularmente importante em sociedades pluralistas, nas quais a educação deve servir como um ponto de encontro para diferentes culturas, facilitando o diálogo e a coesão social.

Além disso, a educação em artes e humanidades tem um papel vital na formação do senso crítico e estético dos indivíduos, permitindo uma maior apreciação das diferentes formas de expressão cultural e artística. Essa educação contribui para o desenvolvimento de uma identidade cultural consciente e para a manutenção do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que prepara os indivíduos para a vida em um mundo multicultural.

A educação na sociedade ocidental contemporânea é multifacetada e exerce um impacto profundo em diversas áreas da vida social, econômica e cultural. Suas concepções pedagógicas variam conforme o contexto histórico e cultural, mas todas elas partilham o objetivo comum de formar indivíduos capazes de contribuir para o desenvolvimento social e econômico, ao mesmo tempo em que promovem a justiça e a inclusão social.

Os fundamentos da educação ancoram-se na filosofia, sociologia, psicologia e antropologia, oferecendo diferentes perspectivas sobre como a educação deve ser conduzida e quais são seus fins últimos. Na contemporaneidade, a educação não é apenas um

direito humano fundamental, mas também um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Assim, ao considerarmos os conceitos e as concepções pedagógicas, é vital reconhecer a educação como um processo dinâmico, que deve se adaptar às necessidades de uma sociedade em constante mudança, sem perder de vista seus objetivos de promover o desenvolvimento integral do ser humano e a transformação social.

ASPECTOS BIOLÓGICOS E ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS

No que concerne aos fundamentos da educação, há de se considerar os aspectos biológicos e antropológicos como elementos que engendram essa área do conhecimento.

Nesse sentido, tornam-se importantes as análises sobre o que é ser docente e o que considerar nos processos de ensino e aprendizagem. A autora Fanny Abramovich, pedagoga, escritora e jornalista, desenvolve importantes considerações a respeito deste desafio. Em seu livro *Que raio de professora sou eu?* (1990), a autora argumenta acerca das características fundamentais para ser um “bom professor”. Nas palavras da autora:

[...] sei que ela ainda vai ser uma boa professora. Boa mesmo, pra valer. Ela está crescendo – aos 33 anos – e vai crescer mais! Como mulher, como pessoa, como aprendiz, como ensinante. Tem tudo para ser legal e levar uma vida legal. Confio nela. Enquanto ela se pergunta: “Que raio de professora sou eu?”, enquanto tiver dúvidas, ela tem tudo pra entrar numa sala e dar uma grande aula. (Abramovich apud Pedroso, 2018, p. 234)

Nesse viés, Pedroso (2018) ressalta que a autora compreende como um “bom professor”:

[...] aquele que não se acomoda, não se dá por completamente formado, sempre busca aprender mais, se questiona e imagina novas formas de se realizar tanto profissional quanto pessoalmente. (Pedroso, 2018, p. 234)

Portanto, trata-se de uma compreensão que se aproxima da ideia de “professor reflexivo”, elucidada pela pedagoga portuguesa Fátima Braga, em que este profissional é caracterizado como um:

[...] professor flexível, aberto à mudança, capaz de analisar o seu ensino, crítico consigo mesmo, com um amplo domínio de destrezas cognitivas e relacionais [...] fazendo dele alguém que constantemente constrói, elabora e comprova suas teorias. (Braga, 2001, p. 25 apud Pedroso, 2018, p. 234)

Assim sendo, a criticidade é uma característica essencial do professor educador, que também deve ser um profissional em constante aprendizagem, construindo e aprimorando os processos de ensino em sua prática diária.

Partindo desse princípio, torna-se importante a compreensão de aspectos antropológicos, como, por exemplo, o que Laraia (1986) explicita sobre o conceito de cultura. Nas palavras do autor: